

Revista Processus Multidisciplinar

Página da revista:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/index>



Resenha do artigo intitulado “Reforma tributária sobre o consumo e seus efeitos regressivos no contexto de justiça social”¹

Review of the article entitled “Consumption Tax Reform and Its Regressive Effects in the Context of Social Justice”

ARK: 44123/multi.v6i12.1598

Recebido: 09/07/2025 | Aceito: 20/12/2025 | Publicado on-line: 30/03/2026

Fábio Ernany Tavares Gondim¹

 <https://orcid.org/0009-0002-2358-5892>

 <https://lattes.cnpq.br/4188285795850152>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: fabio.contabil@atacadistasuperadega.com.br

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Reforma tributária sobre o consumo e seus efeitos regressivos no contexto de justiça social”. Este artigo é de autoria de: Isabella Carvalho Genestreti e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, Ano 7, Vol. VII, n. 15, jul.-dez., 2024.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Consumo. Efeitos Regressivos. Justiça Social. Tributação.

Abstract

This is a review of the article titled "Consumption Tax Reform and Its Regressive Effects in the Context of Social Justice". This article is authored by: Isabella Carvalho Genestreti and Jonas Rodrigo Gonçalves. The article reviewed here was published in the journal "Revista JRG de Estudos Acadêmicos", Year 7, Vol. VII, n. 15, jul.-dec., 2024.

Keywords: Tax Reform. Consumption. Regressive Effects. Social Justice. Taxation.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Reforma tributária sobre o consumo e seus efeitos regressivos no contexto de justiça social”. Este artigo é de autoria de: Isabella Carvalho Genestreti e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo foi publicado no periódico “Revista JRG de Estudos Acadêmicos”, Ano 7, Vol. VII, n. 15, jul.-dez., 2024.

Antes de adentrarmos no conteúdo do artigo, é pertinente apresentar brevemente o percurso acadêmico e profissional de seus autores. Afinal, a trajetória de cada um deles influencia diretamente na escolha e no tratamento dos temas abordados. Vamos, portanto, explorar um pouco da formação e da experiência de cada autor.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Processus.



Isabella Genestreti é pós-graduada em Advocacia (2024) e Bacharela em Direito (2019-2023) e tecnóloga em Serviços Jurídicos e Notariais (2023), todas as formações realizadas no Centro Universitário Processus (UniProcessus). É autora e pesquisadora com interesse na área jurídica. Seu currículo pode ser consultado em seu ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4321-2284> e na plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6528247058713510>.

Jonas Rodrigo Gonçalves é doutor em Psicologia (Cultura Contemporânea e Relações Humanas) pela Universidade Católica de Brasília (2019-2022), mestre em Ciência Política pelo Centro Universitário Euroamericano/DF (2008), e possui vasta formação em diversas áreas do conhecimento. Atualmente, realiza estágio em pós-doutoral em Direito. É docente, pesquisador e editor-chefe de diversas publicações acadêmicas. Seu currículo está disponível em seu ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071> e na plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>.

O artigo divide-se da seguinte forma: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, desenvolvimento acerca da tributação – apresentado em subseções acerca do tema –, considerações finais, referências.

Abordam-se os impactos da reforma da tributação sobre o consumo e seus efeitos regressivos, com foco na busca pela garantia dos direitos sociais. Investiga-se a possibilidade de a nova estrutura tributária mitigar as desigualdades e promover a equidade tributária, considerando a regulação do consumo e as propostas de novas ferramentas.

O tema central do artigo é a “Reforma tributária sobre o consumo e seus impactos regressivos no contexto da justiça social”. O problema discutido refere-se aos efeitos regressivos dessa reforma, levantando a dúvida sobre se ela garante uma justiça tributária. A hipótese apresentada é que os mecanismos propostos para reduzir a regressividade podem contribuir para a promoção da justiça fiscal.

Objetiva-se, de maneira geral, analisar a importância da tributação sobre o consumo, sua regressividade e a nova estrutura de tributação e, de maneira específica: 1. apresentar a tributação sobre o consumo no Brasil; 2. discutir a regressividade sobre os consumidores; e 3. analisar os mecanismos implementados pela reforma tributária para mitigar esse fenômeno.

A temática da pesquisa justifica-se pelo incentivo à investigação sobre as inovações tributárias trazidas pela reforma para aqueles que atuam no âmbito jurídico; para a ciência, com o engajamento da discussão acadêmica sobre as implicações da nova estrutura tributária; e para a sociedade, considerando ser um grupo diretamente afetado pelo problema, principalmente os de menor renda. Utilizou-se, para a construção do artigo, a abordagem metodológica qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de documentos sobre o sistema brasileiro de tributação, além de publicações de órgãos oficiais e periódicos especializados.

O primeiro segmento do artigo ora resenhado aborda a relevância da arrecadação tributária sobre o consumo de bens e serviços, destacando sua importância para o sistema fiscal brasileiro. A carga tributária incide em todas as etapas da cadeia produtiva, sendo o consumidor, ao final, quem arca com o custo dos tributos embutidos no preço. O índice da carga tributária bruta é utilizado como um parâmetro para medir o impacto dessa arrecadação no Produto Interno Bruto e, consequentemente, na sociedade.

A análise dos dados, ilustrada por meio de gráficos apresentados no artigo – recurso que facilita a visualização e torna os números mais acessíveis –, revela que a



tributação incidente sobre bens e serviços corresponde a uma parte expressiva da carga tributária nacional. Tal constatação evidencia a importância desse tipo de arrecadação, que se destaca como um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento da carga tributária no cenário nacional. Demonstrou-se que há forte dependência do sistema fiscal com esse tipo de tributo, sendo um dos principais pilares da arrecadação brasileira.

Em seguida, aborda-se a regressividade da tributação sobre o consumo de bens e serviços no Brasil, destacando seu impacto desigual sobre diferentes grupos socioeconômicos. A análise mostra que os brasileiros com rendimentos mais baixos enfrentam um ônus tributário mais alto devido aos impostos indiretos. Já as pessoas com rendimentos mais elevados, embora também tributadas, sofrem impacto menor desses impostos sobre sua renda, sendo mais afetadas pelos impostos diretos.

Esse desequilíbrio resulta em uma carga tributária total mais pesada para as pessoas hipossuficientes, refletindo a natureza regressiva do sistema tributário. Essa tributação, portanto, tem um efeito desbalanceado sobre os economicamente vulneráveis, exacerbando as desigualdades sociais no país. O capítulo também aponta, de maneira acertada, para o desafio da reforma tributária em buscar maior justiça social e tributária, especialmente com as recentes propostas de mudança constitucional.

O terceiro capítulo discute a estrutura da reforma tributária brasileira, que se deu pela Emenda Constitucional nº 132/2023 (BRASIL, 2023), e visa unificar a tributação de bens e serviços por meio da criação do Imposto sobre Bens e Serviços. Essa reforma prevê a fusão de tributos em um único imposto compartilhado entre estados, municípios e a União, chamado de IVA dual. Desse modo, objetiva-se reduzir os efeitos cumulativos e garantir maior transparência, com a arrecadação sendo feita no local de consumo final. A reforma também busca erradicar a disputa fiscal entre estados, promovendo uma alíquota padrão para todos os entes da federação.

Ademais, a nova estrutura tributária abrange a tributação de bens como softwares, que antes geravam controvérsias sobre qual imposto aplicar. Os autores explicam que essa transição ocorrerá até 2032, com a introdução de um regime de alíquotas específicas e regras que visam evitar aumentos abruptos na carga tributária. Embora a nova alíquota estimada para o IVA dual seja maior, o sistema buscará um equilíbrio entre os interesses dos estados da federação e dos contribuintes.

Ressalta-se ainda que a regulamentação dessa reforma está em andamento, em tramitação no Congresso Nacional, onde houve proposição de lei complementar. É interessante pontuar que, embora o texto apresente dados densos, os esclarecimentos são de fácil interpretação, permitindo que o leitor compreenda melhor as informações.

O quarto capítulo esclarece que o Imposto Seletivo, previsto na Constituição (BRASIL, 1988), visa tributar mercadorias e serviços de acordo com sua essencialidade, utilizando alíquotas diferenciadas para influenciar o comportamento do consumidor. Embora sua função principal seja arrecadatória, ele também exerce função extrafiscal, com o objetivo de promover ou desincentivar o consumo de bens e serviços específicos.

O texto explica que a reforma propõe a criação de um novo imposto supramencionado, que incidirá sobre produtos prejudiciais, tanto ao ser humano quanto numa perspectiva ambiental, com alíquotas variáveis baseadas em critérios específicos, como eficiência energética e impacto ambiental. No entanto, a aplicação desse imposto pode prejudicar pequenos empreendedores, especialmente aqueles com menos recursos financeiros.



Além disso, a Reforma propõe a criação de uma Cesta Básica Nacional de Alimentos, buscando atender aos direitos sociais relacionados à alimentação e à saúde pública. Essa cesta será adaptada para a realidade de cada região e incluirá alimentos de maior qualidade, beneficiando famílias hipossuficientes. A proposta também apresenta a inclusão de produtos como frutas, hortícolas e ovos. Para mitigar a regressividade tributária, a reforma propõe a utilização de mecanismos novos e tecnológicos, que permitirão o retorno dos impostos ora discutidos para famílias economicamente vulneráveis, iniciando-se no ano de 2027.

Nas considerações finais, os autores concluem que a Reforma Tributária de 2023, embora tenha trazido avanços significativos, não conseguiu mitigar de forma substancial a regressividade da tributação. As propostas ainda geram incertezas, especialmente em relação à sua definição e aos impactos sobre a população de menor poder aquisitivo. Embora o mecanismo de *cashback* e a transparência fiscal ilustrem tentativas de minimizar os impactos negativos para os hipossuficientes, a reforma ainda carece de ajustes para que promova uma distribuição de carga tributária que promova equidade social.

Por fim, pontuam que, apesar das melhorias, a reforma não resolve o problema da tributação indireta. A eficácia da nova estrutura tributária dependerá da forma como os recursos arrecadados serão aplicados em políticas sociais e na viabilização do bem-estar da população, especialmente dos mais vulneráveis. Nesse sentido, acrescentam, com bastante coerência, que a transparência e a gestão eficiente dos recursos são fundamentais para garantir que a reforma atenda às expectativas de justiça fiscal e social.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. **Altera o Sistema Tributário Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emenda132/132.htm>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GENESTRETI, Isabella Carvalho; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Reforma tributária sobre o consumo e seus efeitos regressivos no contexto de justiça social. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 15, p. e151497- e151497, 2024. Disponível em: <<https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1497>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI:



10.5281/zenodo.4319105. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **FÁBIO ERNANY TAVARES GONDIM**, na qualidade de autor(a) e/ou de coautor(a) e titular dos direitos autorais da resenha intitulada “**Reforma tributária sobre o consumo e seus efeitos regressivos no contexto de justiça social**”, declaro, para os devidos fins, que:

- autorizo o **UniProcessus** a publicá-lo gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, no repositório institucional, bem como em periódicos próprios ou externos, conforme decisão editorial;
- o conteúdo do trabalho anexado é de minha exclusiva autoria e/ou de exclusiva autoria do grupo de alunos(as) cujos nomes constam na primeira página, não existindo sobre este trabalho qualquer impedimento quanto à sua publicação, especialmente por não infringir as normas reguladoras do direito autoral, razão pela qual me responsabilizo por eventuais questionamentos judiciais ou extrajudiciais surgidos em decorrência de sua divulgação, eximindo o **UniProcessus e os orientadores** de qualquer responsabilidade nesse sentido;
- o relatório do farejador de plágio anexo não foi adulterado, estando o percentual de similaridade dentro do permitido pela instituição, bem como haver referência aos(as) respectivos(as) autores(as) em todos os trechos que não são de minha autoria e/ou do meu grupo;
- assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo do texto, eximindo o **UniProcessus e os orientadores** de qualquer responsabilidade pelas informações e opiniões contidas no mesmo.

Brasília / DF, 30 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **FABIO ERNANY TAVARES GONDIM**
Data: 30/03/2025 11:22:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FÁBIO ERNANY TAVARES GONDIM



TERMO DE REVISÃO LINGUÍSTICA

Centro Universitário Processus – UniProcessus

Brasília, 16/04/2025

Eu, **Érida Cassiano Nascimento**, licenciada em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Católica de Brasília, realizei a revisão linguística do trabalho de **Fábio Ernany Tavares Gondim**, cujo tema do trabalho é: **Resenha do artigo intitulado “Reforma tributária sobre o consumo e seus efeitos regressivos no contexto de justiça social.**

Autorizo o Centro Universitário Processus (UniProcessus), a editora e os periódicos institucionais, bem como a obra em que o trabalho for publicado, ou a qualquer outro veículo de publicação, a mencionarem meu nome completo como revisora linguística.

Tudo, em termos linguísticos, foi minuciosamente conferido por mim. O que inclui, dentre outros aspectos linguísticos: uso dos pronomes, queísmo, gerundismo, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, uso do acento indicativo de crase, acentuação gráfica, ortografia oficial, novo acordo ortográfico, fluidez textual, uso correto dos sinais de pontuação (vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, travessão etc.), concatenação de ideias etc.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ERIDA CASSIANO NASCIMENTO**
Data: 16/04/2025 21:30:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ÉRIDA CASSIANO NASCIMENTO
Licenciada em Letras – Língua Portuguesa



Itani Costa Soares
Coordenador da Secretaria Acadêmica
Universidade Católica de Brasília

Prof. MSc. Pe. José Romualdo Degasper
Reitor
Universidade Católica de Brasília

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA - UCB Diploma registrado nos termos do § 1º do art. 48 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Registro n.º <u>81/2009</u> Livro n.º <u>62</u> Folha n.º <u>27</u> Processo n.º <u>12327/2009</u> Data do Registro <u>12 / 08 / 2009</u> Jeziel dos Santos de Oliveira Seção de Certificação Secretaria Acadêmica Curso de Letras, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.023/93, publicada no D.O.U. de 14.07.1993. Licenciatura Plana - Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Reconhecimento renovado pela Portaria Ministerial nº. 309, D.O.U. de 28.01.2005.
--